

BRASÍLIA E ÁREAS PROTEGIDAS DO CERRADO: GESTÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL NO BRASIL CENTRAL

Everaldo Batista da Costa¹
Valdir Adilson Steinke²

Introdução

O que faz com que a vida políticoeconômica possa ser analisada na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção e a representação do mundo social distintamente formulada (BOURDIEU, 2007). O campo político aparece como lugar em que se geram, em concorrência, produtos, estratégias de ordenamento do território, ideologias espaciais e fatos sociogeográficos. Nesse movimento é que as cidades e os espaços naturais do mundo todo, após 1972, são projetados mundialmente e transformados por novas ações condicionadas após o recebimento da chancela da UNESCO¹, reproduzindo, assim, novas possibilidades e novos limites ao patrimônio cultural e natural da humanidade (tendência à ressignificação de paisagens do mundo).

Na etapa atual da sociedade mundial, o meio natural – definido por Santos (2001) como os “pedaços da crosta terrestre” que foram e são utilizados pelo homem para desenvolver sua base de desenvolvimento –, por vezes, também, é visto como algo distante da realidade que permeia o cotidiano, por sermos, em imensa maioria, “urbanos”. Isso torna a natureza algo distante para alguns.

O Brasil faz-se privilegiado pela presença da diversidade biológica, pela complexidade das formas de relevo e de tipos de clima, rede hidrológica, dentre outros fatores, por sua extensão continental e uma ampla tessitura cultural expressa no território e nas paisagens produzidas.

As últimas décadas estão marcadas como período de esforço geopolítico global para proteção da natureza. São inúmeros instrumentos multilaterais firmados

por uma variedade de instituições globais e regionais que buscam se firmar e inserir, de modo estratégico, os elementos dos recursos naturais (e culturais) em mecanismos de governança. Para citar alguns exemplos, aparecem as conferências mundiais, como a da ECO-92, Rio+10 e Rio+20; convenções como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seus documentos acessórios e paralelos, desencadeando aperfeiçoamento da legislação nos países signatários, como é o caso do Brasil com a Lei Federal nº 9.985/2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Logo, a Geografia se apresenta como ciência potencial ao estudo das relações estabelecidas na produção de paisagens, da qual o homem se faz o principal agente. Diversos autores, dentre eles Ab'Saber (2003), sugerem a noção de *herança* para paisagem; herança dos processos fisiográficos, biológicos e, também, herança cultural – sentido que daremos à ideia de patrimônio desenvolvida neste artigo. Patrimônio entendido como símbolo da história de territórios materializado nas paisagens.

O Brasil volta-se para essa “herança” de modo, ainda, superficial e pouco articulado no tocante a um esforço de correlação entre os diversos agentes da preservação. Belezas cênicas, alta taxa de endemismo, biodiversidade, valores coletivos das paisagens, objetos globalizados de mercantilização turística, devem ser todos percebidos como elementos inerentes e condicionantes da vida, e não encerrados na esfera do dinheiro-mercadoria, assim, fetichizados.

Logo, é à consagração e à resignificação mundial da cultura e da natureza que direcionamos este artigo, com o objetivo principal de traçar o panorama da gestão e da conservação de dois bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, no Centro-Oeste do Brasil: Áreas Protegidas do Cerrado e Brasília. Para tanto, valemo-nos de fontes primárias (e secundárias), dentre elas, a primeira avaliação da UNESCO publicada, nesta segunda década do século XXI, para ambas as áreas selecionadas para este estudo.

Universalização da cultura e da natureza: contexto do Patrimônio da Humanidade

A universalização do patrimônio ocorre, concomitantemente, ao controle de territórios de identidade e da natureza por parte de diferentes agentes. Bourdieu (2007) compreende que, numa sociedade diferenciada, o efeito de universalização é um mecanismo dos mais poderosos, por meio do qual se exerce a dominação simbólica ou, se se preferir, a imposição da legitimidade de uma ordem social. A institucionalização dos lugares ou de normas “universais” informa, em realidade, a prática do conjunto dos agentes hegemônicos, para além das diferenças de condições e de estilo de vida. O efeito de universalização pode ser compreendido como efeito de normatização, que aumenta, por seu turno, a presença de autoridades sociais que a cultura então contribui para legitimar (BOURDIEU, 2007).

Podemos dizer que, se existe a verdade, a mesma se mimetiza na materialidade do mundo ou, como diz Bourdieu (2007, p. 293), “a verdade está em jogo nas lutas”. Os juízos, valores, crenças e objetos, hoje, são produtos de uma pretensão à universalidade, ao juízo absoluto, que é a própria negação da relatividade dos pontos de vista (BOURDIEU, 2007). Nesse movimento, o “pensamento essencial” que organiza os territórios de identidade e da natureza opera em todas as facetas das relações, em todos os universos sociais, no campo da produção cultural, na arena religiosa, no contexto científico, nos aspectos jurídicos, na valorização paisagística etc.; onde se jogam jogos em que está em cena o universal e a universalização de particularidades através de singularidades recriadas.

Na busca da universalização dos lugares, são estabelecidos sentidos figurativos da linguagem que se tornam literais por ocasião da difusão de uma “visão de mundo”, como vem ocorrendo com o emprego massivo da ideia de “Patrimônio da Humanidade”. A transfiguração da metáfora alcança a representação social, quando da difusão de “irreplacáveis objetos mundiais”. Nesse sentido, concordamos

com Sánchez (2003) ao afirmar que, impondo ao mundo todo, determinadas categorias de percepção e representação, os atores promotores de políticas públicas refazem o mundo à sua imagem, com uma colonização mental que se opera por meio da difusão de categorias e representações produzidas em um processo de luta econômico-simbólica, de forma que “o que está em jogo no campo simbólico é o poder propriamente político” (SÁNCHEZ, 2003, p. 137). Indiretamente, a UNESCO e, de forma direta, o BID² e o BM³, são agentes da política universal de profusão de cidades e da natureza para o mercado global; Brasília e as Áreas Protegidas do Cerrado, objetos da presente análise, enquadram-se nesse contexto.

Consequência direta dessa situação, a realização das sessões do Comitê do Patrimônio Mundial visa ao debate sobre o impacto das ameaças contemporâneas aos bens classificados como Patrimônio Mundial; o que vem sendo reforçado após a década de 1990, dado “os problemas relacionados à pressão, à circulação e do turismo na construção de roteiros e na evolução do uso funcional dos bens (UNESCO, 2008, p. 02, tradução nossa). Contudo, já em 1976, a UNESCO, por meio da *Recommandation de l'UNESCO concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur role dans la vie contemporaine* (Recomendação de Nairóbi), confrontava com os problemas das novas pressões que surgiam com o crescimento das cidades (UNESCO, 1976). A *Recomendação de Nairóbi* traçava diretrizes para as políticas de preservação a serem implantadas em um momento de desenvolvimento tecnológico, de todas as formas de poluição, do avanço dos meios de transporte ou da “super-exploração” turística.⁴ O texto refere-se não apenas à proteção de particularismos étnicos e locais, mas também discute o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e seus meios naturais.

Para pensar nas cidades e reavaliando essa Recomendação tratada em 1976, o conceito de *paisagem urbana histórica* é retomado em 2005, através do *Memorando de Viena – Patrimoine mondial et architecture contemporaine – Comme gérer les paysages urbains historiques* – que o considera como a expressão clara das evoluções sociais pretéritas que caracterizam as cidades do presente e urgem serem preservadas.⁵ O Memorando de Viena propõe uma relação integrada e

harmoniosa entre a conservação e as novas transformações arquiteturais e urbanas, a fim de preservar a integridade da paisagem histórica. Constituem a *paisagem urbana histórica*, na concepção do *Memorando de Viena*: formas de ocupação do solo e sua afetação, a transformação do espaço, as relações visuais, a topografia e o relevo, a vegetação e todos os elementos de estrutura técnica, além de todos os detalhes das construções (UNESCO, 2005, p. 03, tradução nossa).

O Memorando de Viena é um documento transitório que faz alusão a uma visão de “ecologia humana e trata sobre o desenvolvimento sustentável e a ampliação do conceito de espaço urbano” (UNESCO, 2008, p. 03, tradução nossa). A palavra chave do documento é o conceito de “paysage”, não paisagem elaborada e evoluída que conhecem a maioria dos especialistas de conservação, mas “paysages associatifs ou paysages de l’imagination”. É um conceito que tem a capacidade de estreitar o diálogo entre a comunidade e as disciplinas que versam sobre a questão das transformações urbanas e da natureza. O diálogo é considerado, no Memorando de Viena, significativo instrumento da gestão do território; trata a experiência partilhada como ponto de partida para se compreender a importância dos territórios de identidade, das paisagens urbanas históricas e do meio natural.

Três reuniões internacionais foram organizadas pelo Centro do Patrimônio Mundial, na primeira década do século XXI, e representam importantes “eventos” que sustentam o processo de estudo sobre a conservação das *paysages urbains historiques* atualmente em curso: em Jerusalém (junho de 2006); São Petersburgo (janeiro de 2007) e Olinda (novembro de 2007). O Memorando de Viena (UNESCO, 2005) foi a base para as discussões, ao buscar subsídios para tratar dos processos de preservação das *villes historiques* e de suas *paysages urbains et naturels*.

- a) A Reunião de Jerusalém preconizou: 1. Um processo de cartografia cultural como objeto para identificar o *genius loci* dos conjuntos históricos em seu quadro geral; 2. Desenvolvimento de técnicas de avaliação de impactos (ambientais, visuais, culturais e sociais).

b) A Reunião de São Petersburgo insistiu sobre a necessidade: 1. De uma reflexão aprofundada sobre a ligação entre paisagens culturais e paisagens urbanas; 2. De uma aproximação integrada do urbanismo e da conservação do patrimônio para fazer frente ao crescimento urbano e ao desenvolvimento que se acelera atualmente em grande parte da Europa central e oriental.

c) A Reunião de Olinda, de amplo debate, apontou a necessidade de: 1. Rediscutir o conceito de cidade histórica em revisão às *Orientações*, para incluir a noção de sítio como categoria suplementar para se propor a inscrição de cidades na Lista do Patrimônio Mundial; categoria que facilitaria uma aproximação holística da conservação do patrimônio. 2. Trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de um conjunto de regras para a conservação urbana; 3. Remediar as disparidades sociais e garantir a viabilidade ambiental dos conjuntos urbanos, em particular no contexto da América Latina.

Hoje, são reconhecidas novas dinâmicas no domínio da arquitetura, do desenvolvimento urbano e da natureza, notadamente os processos mundiais que criam novas dificuldades para a conservação e a gestão do patrimônio. São dinamismos na escala do globo que exigem um exame crítico das novas linhas diretivas fixadas há quatro décadas. Logo, a UNESCO (2008, p. 05-06, tradução nossa) desenvolveu um estudo preliminar que se apoiou em documentos normativos existentes, nas *Orientações* (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, de 1976) e no Memorando de Viena, de 2005, os quais traçam alguns princípios. Dentre os mesmos, o que mais nos chamou a atenção é “a necessidade de considerar os conjuntos urbanos e seu ambiente como uma totalidade e um todo coerente, em que a proteção e a conservação sejam de responsabilidade coletiva e que se faça objeto de políticas públicas e de uma legislação apropriada”.⁶

Como referencia Lévy (1997), o virtual, com muita frequência, não está presente e nos ilude. Os elementos da “empresa virtual” são nômades, fluídos, por vezes, não apresentam uma posição geográfica fixa. As indicações normativas da UNESCO estão no plano de uma virtualidade que nem sempre complementam o real, por serem desconsideradas pelas governanças urbanas; desconhecem-se os documentos publicados, anualmente, pela Organização.

O que já tratamos por *patrimonialização global* perfaz-se, materializa-se, por meio dessa virtualidade que consagra e nega os objetos sobre o território. A Lista do Patrimônio Mundial, por exemplo, entendida em sua totalidade, representa uma comunidade internacional não tangível. Porém, está repleta de desejos, necessidades, paixões, projetos, conflitos e jogos políticos que, pela possibilidade da virtualidade e da fluidez global, rebate sobre o ordenamento dos territórios.

Virtualizadas, difundidas no cenário planetário, a cultura e a natureza localizadas e tornadas Patrimônio Mundial “despregam-se” do lugar, da temporalidade do relógio e do calendário. A consagração do Patrimônio Mundial se dá pela lógica da ubiquidade, da simultaneidade, de uma distribuição irradiada ou massivamente paralela (LÉVY, 1990), a partir do que decorrem os fluxos.

Em meio a essa virtualização pela difusão e transformação generalizada dos territórios de identidade e da natureza, as principais cartas e recomendações da UNESCO servem tanto às governanças urbanas comprometidas com a *democratização do patrimônio* quanto aos agentes de mercado, que visam a inseri-las no cerne da mercantilização mundial de cidades. Esses documentos devem ser interpretados à luz da ideia de movimento da modernidade apregoado por Bauman (2001). Nossa época vive uma modernidade diferente da que adentrou o século XX. Vivenciamos, hoje, uma contínua e sempre incompleta, *modernização* dos territórios, levando ao que Bauman (2001) chama “insaciável sede de destruição criativa”, que almeja “limpar o lugar” em nome de um novo “aperfeiçoamento” de projetos, em nome do economicismo, da competitividade e produtividade ligada à cultura e às oportunidades locais.

Logo, as ações internacionais em prol do Patrimônio Mundial estão envoltas por um tipo de busca pela “utopia da satisfação generalizada” e, ao mesmo tempo, pela “utopia da gestão e da conservação partilhadas”, que podem ser consideradas metáforas resultantes da lógica da aceleração do mundo moderno, que insere as cidades e a natureza na seara da mercadoria, quando o espaço é unificado globalmente, conforme Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*. Os documentos

da UNESCO precisam ser lidos pelos municípios, difundidos generalizadamente e interpretados para além do meramente útil e fundamentalmente estético, que redonda, paulatinamente, numa diferenciação, num afinamento, numa ampliação e aprofundamento das emoções que se suscitam nos lugares e os transformam. O princípio unificador dessa estética, em âmbito universal, torna-se o próprio espaço humanizado, interpretado, que se totaliza, que engloba as paisagens como forma-conteúdo, o território como elemento absoluto da história social e que representa, paradoxalmente, a possibilidade da estetização do mundo (na dialética local-global que dá suporte a essa dinâmica).

Os conceitos e documentos tratados pela UNESCO devem ser interpretados sabendo-se que a arquitetura torna-se arte e mercadoria e a natureza faz-se recurso, a partir do reordenamento dos territórios – o discurso da Organização é apropriado e mimetizado pelos *arquitetos do mundo* - agências multilaterais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) / Banco Mundial (BM) e Estados nacionais. (VIDELA et al., 2010; COSTA, 2011).

Para o esclarecimento de algumas notórias cartas e recomendações do século XX, que emergem como indicações das mais significativas para as ações que regem o ordenamento do território, a resignificação da cultura e da natureza, trazemos o quadro 01. As ações, os discursos, os estudos científicos, as instituições, enfim, o esforço para a preservação do Patrimônio Mundial serve, paralelamente, ao mercado globalizado. Tais cartas e recomendações também sustentam o processo.

O exame atento aos documentos apontados no quadro 01 revela-nos que suas definições convergem para a evolução da ideia de preservação de objetos isolados aos conjuntos, enfoque necessário na análise patrimonial geográfica. Seus princípios gerais indicam as ações sociais e a participação na conservação e na gestão, o que se problematiza em Brasília, a seguir. As ameaças globais que visam a fazer frente vão, na década de 1960, dos impactos causados pela consolidação de objetos técnicos no território, à destruição de sua aura com o avanço tecnológico e

informativa. As políticas e estratégias recomendadas vão de investimentos públicos à busca de novos mecanismos de apoio que incorporam o Estado-mercado.

A observação aos princípios gerais indicados no quadro 01 remete-nos à importância que a UNESCO dá à conservação e à gestão do patrimônio em sua globalidade – sítios específicos e seu entorno enquanto um todo coerente, sistemático e passível de contradições. O quadro 01, ainda, aponta para as principais ameaças que degradam as áreas patrimonializadas: intenso trânsito de veículos, desenvolvimento urbano e impactos da industrialização. Na sequência, partiremos para a análise de Brasília e Áreas Protegidas do Cerrado, da *situação* desse patrimônio mundial, na segunda década do século XXI.

	1968	1976	1987	2005
	RECOMENDAÇÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS EM PERIGO PELOS TRABALHOS PÚBLICOS E PRIVADOS	RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS OU TRADICIONAIS E SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA	CARTA DE WASHINGTON PARA A CONSERVAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS E ZONAS URBANAS	MEMORANDO DE VIENA SOBRE O PATRIMÔNIO MUNDIAL E A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA – GESTÃO DA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA
DEFINIÇÕES	<p>** Bens Imóveis: sítios arqueológicos, históricos e científicos, incluindo os grupos de estruturas tradicionais, bairros históricos de zonas urbanas ou rurais, edifícios e estruturas etnológicas</p> <p>**Bens Móveis: sem objetos estipulados</p>	<p>**Conjunto histórico e arquitetural: grupo de edifícios, de estruturas e espaços construídos num ambiente urbano ou rural cuja coesão e valor são reconhecido do ponto de vista arqueológico, arquitetural, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.</p> <p>**Ambiente: quadro natural ou criado pelo homem que influencia a percepção estática ou dinâmica dos conjuntos ou que seja diretamente relacionado no espaço ou nos lugares sociais, econômicos ou culturais.</p>	<p>**Zonas Urbanas Históricas, grandes e pequenas cidades, os centros ou bairros históricos com seu quadro natural e criado pelo homem.</p>	<p>**Paisagem Urbana Histórica: vai além da noção de centro histórico, conjuntos, ambientes, para incluir o contexto territorial e paisagístico mais amplo. Composta de elementos que definem sua característica: modo de uso da terra, organização espacial, relações visuais, topografia e solo, vegetação e todos os elementos das infra-estruturas técnicas</p>
PRINCÍPIOS GERAIS	<p>**Preservação da totalidade do sítio ou da estrutura contra os efeitos dos trabalhos públicos ou privados.</p> <p>**Recuperação ou salvaguarda do bem se a zona está em processo de transformação. As ações são destinadas à preservação e isolamento do bem.</p>	<p>**Os conjuntos históricos e seus ambientes devem ser considerados em sua globalidade, como um todo coerente, em seu equilíbrio e natureza específica, dependente dos elementos que o compõem.</p> <p>**Os elementos a serem preservados incluem as atividades humanas, os edifícios, a organização espacial e seus ambientes.</p>	<p>**A conservação deve ser parte integrante de políticas coerentes de desenvolvimento econômico e social, do urbanismo e do ordenamento territorial</p> <p>**As qualidades a serem preservadas são, notadamente, a organização urbana, as relações entre construções e espaços não construídos, os aspectos exteriores dos edifícios, as relações com o quadro ambiental e as funções urbanas.</p>	<p>**Modificação permanente reconhecida como integrante da tradição da cidade: a resposta à dinâmica do desenvolvimento deve facilitar as transformações e o crescimento, tanto em respeito à fisionomia urbana pretérita e sua paisagem como a autenticidade e a integridade da cidade histórica.</p> <p>**Melhorar a qualidade de vida e a eficiência da</p>

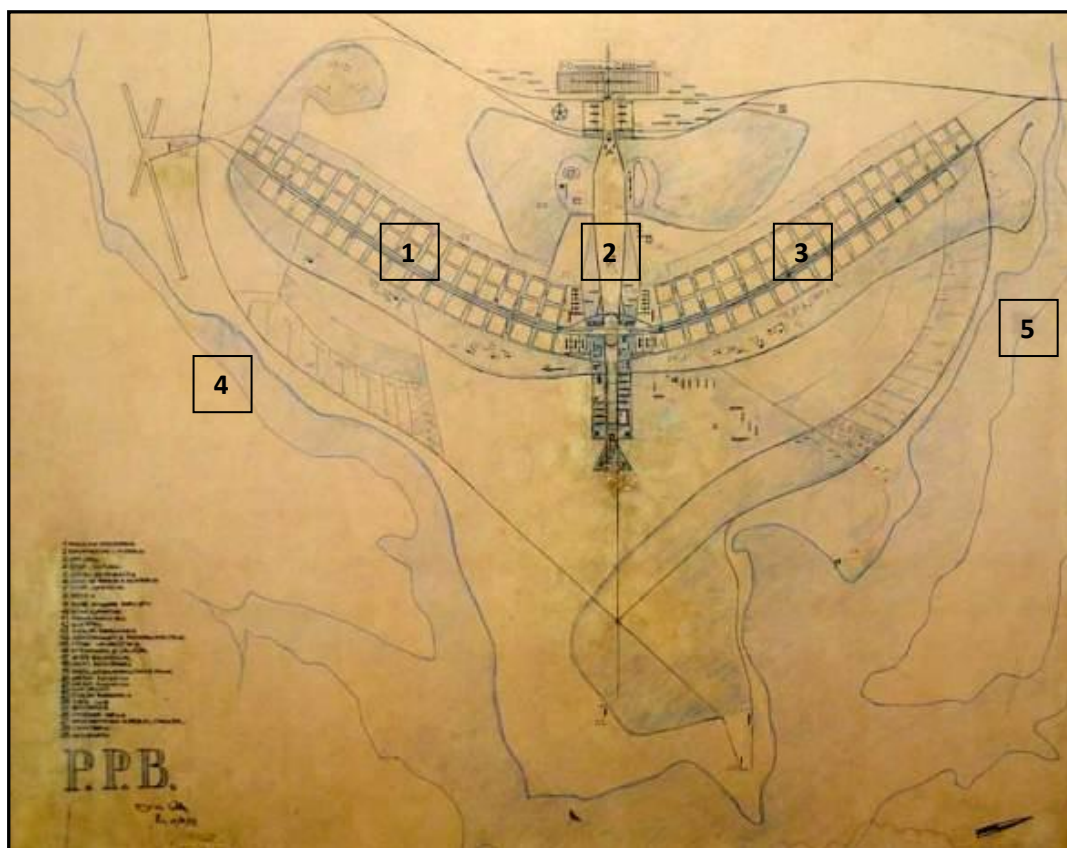
				produção como meio de reforçar a identidade e a coesão social
AMEAÇAS IDENTIFICADAS	<p>**Expansão urbana e projetos de renovação de estruturas em torno de construções classificadas.</p> <p>**Modificação pouco justificada de certos edifícios.</p> <p>**Barragens, auto-estradas, pontes, minas etc.</p>	<p>**Conjuntos recentemente instalados que oferecem o risco de descontinuidade de conjuntos históricos contíguos</p> <p>**Desfiguração do conjunto histórico causado pelas infraestruturas, a poluição e a degradação ambiental.</p> <p>**Espetacularização que coloca em perigo os interesses de toda a comunidade.</p>	<p>**Degradação física e destruição causada pelo desenvolvimento urbano e a industrialização.</p> <p>**Circulação automobilística e estacionamentos não controlados, construção de ruas no interior das cidades históricas, catástrofes naturais, poluição e vibração.</p>	As transformações socioeconômicas e o crescimento que não respeita a autenticidade e a integridade das cidades históricas, também sua fisionomia passada e sua paisagem.
POLÍTICAS PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS RECOMENDADAS	<p>**Adotar e manter as medidas legislativas necessárias para garantir a preservação ou a salvaguarda dos bens culturais em perigo.</p> <p>**Prever os investimentos / gastos públicos adequados para as atividades de preservação ou de salvaguarda.</p> <p>**Encorajar a preservação através das taxas de impostos, subvenção, empréstimos favoráveis etc.</p>	<p>**Preparação de estudos detalhados sobre os conjuntos históricos e de seu entorno, incluindo dados arquiteturais, sociais, econômicos, culturais e técnicos.</p> <p>**Estabelecer planos e documentos adequados definindo os conjuntos e os elementos a serem protegidos, as normas a serem respeitadas, as regras de regulação de construções novas etc.</p> <p>**Determinar as prioridades para a alocação dos fundos públicos.</p> <p>**A proteção e a restauração devem ser acompanhadas de uma política de revitalização social e econômica a fim de evitar toda a ruptura do tecido social.</p>	<p>**Os planos de conservação devem cobrir todos os fatores pertinentes, notadamente a história, a arquitetura, a sociologia e a economia, e devem garantir uma relação harmoniosa entre o conjunto urbano histórico e o conjunto de toda a cidade.</p> <p>**As novas funções e atividades devem ser compatíveis com as características do conjunto histórico.</p> <p>**Os programas de educação e de formação especiais devem ser estabelecidos.</p>	<p>**O urbanismo das paisagens urbanas históricas exige uma formulação detalhada das oportunidades e dos riscos a fim de garantir um desenvolvimento equilibrado.</p> <p>**A arquitetura contemporânea deve ser conjugada com os valores da paisagem urbana histórica e não deve colocar em perigo a natureza histórica da cidade.</p> <p>**O desenvolvimento econômico deve ser ligado aos objetivos de preservação do patrimônio em longo prazo.</p>

Quadro 01 – Principais Recomendações da UNESCO no Século XX . FONTE: UNESCO (1976, 2005, 2008). Organizado pelos autores.

Brasília, Patrimônio da Humanidade: gestão e conservação da capital federal na segunda década do século XXI

Erguida no Planalto Central brasileiro, entre 1956 e 1960, Brasília é símbolo do urbanismo moderno concretizado em capital nacional. Projetada pelo arquiteto-urbanista Lucio Costa, articula distintas escalas urbanas que a caracteriza na unidade e na complexidade do Plano Piloto. É na escala monumental (conjuntos monumentais mais importantes), na escala residencial (sintetizada nas superquadras de ideal da convivência partilhada), na escala gregária (centro urbano de ocupação densa – onde está a rodoviária) e na escala bucólica (áreas de baixa densidade que dão o tom do horizonte, abrange os espaços verdes e livres entre os espaços construídos) que se perfaz, urbanisticamente, o recorte territorial de Brasília. Recorte este que corresponde, de maneira concreta, ao urbanismo modernista, que tentou minimizar o problema do tráfego de veículos, que quase inviabilizava a cidade tradicional, através da setorização das atividades (GOUVÊA, 2010). A figura seguinte representa o Plano Piloto conforme projeto de Lúcio Costa, em que são esboçados: Asa Sul (1), Eixo Monumental (2), Asa Norte (3), Lago Sul (4) e Lago Norte (5).

Figura 01 – Plano Piloto (Brasília).



Fonte: Lúcio Costa (1956).

Em 1987, sob os critérios i e iv, ou seja, por representar *obra-prima do gênio criativo humano (i)* e *exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra estágio significativo na história da humanidade (iv)*, Brasília foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008; COSTA, 2011).

Assim, pretende-se fazer uma análise do atual estado de conservação e da gestão desse bem da humanidade no Centro-Oeste do país, o que se sustenta na recente publicação referente ao resultado da comissão de monitoramento do Centro do Patrimônio Mundial/ICOMOS, ocorrida em março de 2012, em Brasília (UNESCO, 2012).

Entretanto, cumpre apresentar, primeiramente, algumas avaliações e exigências da UNESCO precedentes a esta da segunda década do século XXI. No

ano de 2000, fora realizada uma avaliação do conjunto urbano em que a UNESCO constatou que,

(...) embora a cidade esteja enfrentando problemas relacionados com a crescente pressão demográfica (população chegou a 3 milhões, quando foi projetada para 500.000 habitantes), o que tem criado tensão no entorno, o centro da cidade, que constitui sítio do Patrimônio da Humanidade, está intacto e o seu valor ainda não está afetado pelo novo desenvolvimento urbano. (UNESCO, 2000, p. 30, tradução nossa).

Gonzáles (2010) dá um panorama das Regiões Administrativas que, no ano de 2000, apresentavam maior densidade demográfica, o que retrata, fielmente, o crescimento da mancha urbana, bem como indícios dos impactos possíveis à área central do DF. As maiores densidades demográficas eram, na sequência, em: Cruzeiro, Guará, Candangolândia, Taguatinga e Ceilândia, de forma que Ceilândia e Taguatinga detinham o maior número de população absoluta. Cidade administrativa e terciária por excelência, Brasília não desenvolveu sua indústria, como ocorrido nas grandes metrópoles nacionais caracterizadas pela constituição de regiões metropolitanas decorrentes de fluxos migratórios e de mercadorias estimulados pelo capital industrial nascente na segunda metade do século XX.

Em 2003, em outra oportunidade de avaliação, a UNESCO considerou que caberia,

(...) elogiar as autoridades brasileiras por seu compromisso com a preservação frente ao desenvolvimento da cidade moderna, o que serve de referência para a conservação das propriedades patrimoniais de bens semelhantes ao redor do mundo. Incentiva-se o desenvolvimento e a implementação de um plano de preservação e a participação contínua de todos os níveis de autoridade, organizações profissionais e diferentes setores da sociedade na proteção e gestão da cidade. Também solicita-se ao Estado-parte apresentar um relatório sobre a concepção, adoção e implementação do Plano Diretor antes de 1 de fevereiro de 2004, para que o Comitê do Patrimônio Mundial possa examinar o estado de conservação em sua 28ª Sessão, no mesmo ano. (UNESCO, 2003, p. 73, tradução nossa).

A exigência de um plano de preservação por parte da UNESCO não fora casual, quando o processo de deterioração arquitetônica e urbanística e a alteração funcional de alguns setores já pareciam uma constante (GONZÁLES, 2010). Questões como o gabarito das construções, os adensamentos construtivos em lotes, cercamentos com apropriação de áreas públicas, dentre outros, já se faziam presentes.

No ano de 2004, a UNESCO ratificou a necessidade de maior aproximação entre o IPHAN⁸ e o GDF⁹, e exigiu de Brasília uma informação periódica do andamento do desenvolvimento do Plano Diretor. (UNESCO, 2004, tradução nossa). Exigências que acompanhavam o quadro de deterioração em algumas áreas do Plano Piloto, como as quadras 700 da Asa Sul. Não podemos desvincular o quadro de deterioração de qualquer patrimônio brasileiro do movimento que engendra o processo urbanizador. No caso de Brasília, a valorização da terra urbana, concomitantemente à busca da preservação do Plano Piloto, imprimiu uma lógica de segregação de moradias dos pobres para áreas as mais distantes do território patrimonializado. Isso conduziu, segundo Barbosa Ferreira (2010, p. 50), ao surgimento de uma periferia, paralelamente à implantação do centro como parte necessária de um todo: “a cidade segmentada em classes e fragmentada espacialmente”.

Em 2009, a UNESCO recorda da decisão de 2004 e notou o progresso no desenvolvimento do plano de gestão, incentivou o Estado-parte a finalizar a demarcação da zona tampão e a apresentar os novos limites de proteção, juntamente com um mapeamento e um quadro jurídico adequado, para a apreciação do Comitê do Patrimônio Mundial. Nesse mesmo contexto, exigiu a regulamentação da documentação técnica para o projeto Orla do Paranoá, para a expansão da Vila Planalto, soluções de transporte na Avenida W3 e atenção às mudanças do uso da terra das superquadras. Também solicitou ao Estado a elaboração urgente do plano de gestão, sintetizados em um relatório detalhado sobre o estado de conservação do bem, para consideração pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em sua 34^a Sessão em 2010 (UNESCO, 2009, p. 165-167, tradução nossa). Esse quadro de problemas

urbanos identificados pela Organização está alinhado com a complexidade funcional de Brasília, uma metrópole diferenciada no contexto nacional, por apresentar fluxos, fixos e relações de produção e trabalho favorecedores de uma lógica territorial distintiva face à maioria das metrópoles brasileiras. Se essa metrópole se espraiou pelo território de forma não contígua, polinucleada e socialmente desigual, formando a chamada região metropolitana, um todo complexo interligado, como diz Barbosa Ferreira (2010), a pressão que se localiza no Plano Piloto diz respeito às contradições decorrentes dessa produção socioespacial metropolitana e da dependência geral em relação a esta área central (estas questões ressignificam, permanentemente, as quatro escalas já anunciadas do planejamento de Brasília). Apesar da metrópole polinucleada, o Plano Piloto ainda guarda sua função de centralidade na vida do DF, para muitas de suas Regiões Administrativas, quer seja fornecendo empregos para as camadas populares, que penam no deslocamento diário ao local de trabalho, quer seja concentrando serviços para parte da população das mesmas.

Em 2011, a UNESCO reconhece a urgência da definição e da implementação de instrumentos de planejamento e medidas regulatórias para proteger esse acervo patrimonial. Incentiva o Estado-parte a regularizar os usos e apropriações do Setor Comercial Sul, a estabelecer o plano de revitalização da Vila Planalto e a fiscalização ao longo das margens do Lago Paranoá, no intuito de garantir a proteção do valor universal-excepcional do bem. Pede ao Estado-parte, também, para finalizar a criação da zona tampão, incluindo ações de regulamentação para controlar o desenvolvimento urbano futuro (UNESCO, 2011, p.157-158, tradução nossa). Um dos problemas mencionados é detectado por Gonzáles (2010, p. 172), onde não seria do presente o fato de que “na Asa Norte, atividades irregulares de oficinas de consertos de carros e similares invadiram boa parte da Av. W3, a qual vê seus prédios transformados pela sublocação residencial multiplicada em verdadeiros *pardieiros*”.

Decorrida uma década da primeira avaliação do século XXI, dois principais fatores indicados que põe em risco o bem conforme a UNESCO são: *pressão*

urbana suscetível de incidência sobre o plano urbanístico original (Plano Piloto), cujo qual justificou a inscrição do mesmo na Lista do Patrimônio Mundial, e a identificada fragilidade/ausência do plano diretor. No contexto em que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB – objeto de salvaguarda, planejamento e gestão do conjunto) está em elaboração, também estão em revisão o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e a Lei de Ocupação e Uso do Solo (LOUS). Lembrou-se das conclusões da missão de monitoramento de 2001 segundo as quais, depois da inscrição do bem, o Governo do Distrito Federal (GDF) criou regulamentos urbanos e arquitetônicos que não correspondiam com as medidas legislativas adotadas em nível nacional e local.

O PDOT do Distrito Federal é o principal instrumento de decisões em matéria de desenvolvimento urbano da zona que envolve o Plano Piloto e as 30 cidades (Regiões Administrativas) que compõem o DF. A comissão observou insatisfação da sociedade civil com os métodos de consultas públicas sobre os rumos do bem patrimonial, tratados para o PPCUB (UNESCO, 2012). Também verificaram, na versão preliminar do PPCUB, contradições entre as disposições de proteção legal existentes e as modificações em determinadas zonas pela ocupação e uso da terra e em novas construções (o gabarito) que poderão afetar a proteção das características concretas e do <<espirit>> do Plano Piloto em sua origem. Os riscos ao patrimônio de Brasília são atribuídos, também, à falta de cooperação/entrosamento entre o GDF e o IPHAN, segundo a UNESCO (2012). Nesse contexto, é importante a análise de Barbosa Ferreira (2010, p. 51) a de que Brasília não deve ser vista apenas como uma cidade planejada ou como patrimônio da humanidade, “mas como uma cidade do mundo atual, plantada no Centro-Oeste brasileiro e submetida às injunções deste mundo, com suas contradições, interpretações e reações dos agentes locais”.

O documento enfatiza como sérios riscos ao patrimônio urbano de Brasília: a dificuldade de se fazer aplicar a lei de ocupação e uso no Setor Comercial Sul; as transformações e usos correspondentes na Vila Planalto, que sofre uma pressão pela expansão que põe em risco seu valor vernacular; nas intervenções diretas

sobre as margens do Lago Paranoá; a permissividade na proposta de construção de edifícios de grande altura na Asa Norte (quadra 901), o que fora desautorizado pelo IPHAN, mas não pelo GDF. A comissão de monitoramento reconheceu, feliz e pertinentemente, a necessidade de se desenvolver um plano diretor de transportes urbanos a fim de tratar das necessidades atuais e buscar soluções para a circulação urbana em longo prazo. Reconhecemos o problema da circulação urbana, da disponibilidade de transporte coletivo o epicentro de variados conflitos socioterritoriais no DF (acesso ao local de trabalho, fruição em Brasília para a apreensão do conjunto urbanístico, acesso aos setores comerciais e aos serviços especializados fora das Regiões Administrativas de residência, busca dos melhores locais para o lazer, dentre outros). De forma clara, objetiva e pertinente, a UNESCO faz a leitura de Brasília enquanto patrimônio da humanidade no contexto do Distrito Federal,

Brasília é uma cidade dinâmica que apresenta dificuldades em termos de salvaguarda de seu Plano Piloto. Vários fatores sociais e econômicos provocam um rápido aumento dos preços imobiliários, uma pressão elevada pela ocupação do solo, um aumento dos volumes construídos e para fazerem privados os espaços destinados ao público. Há, hoje, 30 cidades satélites envolta de Brasília que possuem diferentes níveis de desenvolvimento, de infraestrutura, e de necessidades em termos de serviços. Uma estratégia para toda a metrópole, que leve em conta o Plano Piloto e as cidades do entorno deve ser elaborada afim de que as práticas em todos os níveis sejam coerentes em termos de políticas de ocupação do solo e de transporte, para os critérios de proteção do bem inscrito e para o desenvolvimento adaptado aos seus arredores. É importante controlar a política de venda de terras no perímetro das superquadras com o fim de impedir a degradação do projeto original de Lúcio Costa em termos de modificações dos volumes e das alturas. É igualmente necessário impedir a privatização dos espaços públicos comuns, o que pode levar a um confinamento dos espaços abertos e impactaria um dos atributos essenciais do projeto, que valoriza a abertura interior das superquadras sem qualquer modificação, prioridade absoluta do Plano Piloto. **Assim, os maiores problemas a serem tratados em Brasília são o transporte público entre as cidades satélites e a metrópole, o núcleo piloto e as zonas destinadas às atividades de lazer no projeto original de Lúcio Costa.** (UNESCO, 2012, p. 209-210, tradução nossa).

Se, por um lado, a preocupação da comissão de monitoramento presente em Brasília, no ano de 2012, se referiu aos elementos novos existentes entre as

construções, que provocam uma “montagem” sem unidade, que diz respeito, também, à expansão sem controle pelos espaços livres das entrequadras, por outro lado, considerou satisfatória a conservação no âmbito da escala dos espaços verdes. Vale dar ênfase à preocupação da UNESCO com o processo de degradação da Avenida W3 e às modificações de aparência e de escala das casas geminadas cuja destinação original residencial tem sido modificada; problema já referido no texto.

No que concerne à escala gregária, o documento aponta que seus setores (comercial, diversões, autarquias, bancário e hospitalar) apresentam um aspecto heterogêneo e é a que mais mudou desde o projeto original, de forma que a altura dos edifícios perturba a harmonia que caracteriza a cidade. A pressão pela ocupação de áreas livres também interfere na escala bucólica da cidade. “No que diz respeito à integridade, é indispensável disposições legais apropriadas para garantir que as pressões ligadas à especulação não coloquem em perigo as condições que levam à inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial”. (UNESCO, 2012, p. 210, tradução nossa).

A conclusão da avaliação mostra preocupação quanto ao progresso limitado dado ao tratamento das recomendações referentes ao ano de 2001, tendo em vista o agravamento das condições evidenciadas precedentemente à missão de 2012. Registra-se a preocupação com os projetos de impacto em andamento, como os projetos imobiliários decorrentes no Plano Piloto, os que envolvem o setor do *Stadio* e o projeto do VLT – *Light Vehicles on Rails* cuja construção fora iniciada sem que uma avaliação de impacto patrimonial tenha sido realizada; projetos que visam à Copa do Mundo de 2014. (UNESCO, 2012).

Brasília possui características muito peculiares para uma metrópole. Construída como sede dos poderes republicanos, suas atividades implantadas enquadram-se na categoria dos serviços, comércio e função coletiva ou pública. Com dinâmica de fluxos intensos das periferias para a área central e vice-versa, no movimento pendular diário, a metrópole do centro do país pouco se compara a

idades como Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, no tocante à vida moderna metropolitana, menos ainda comparada às chamadas “cidades globais”. Conforme Paviani (2010), nunca se cogitou de alterar o perfil de empregos para dar oportunidades ao setor industrial, o que se resume em indústrias alimentícias, de bebidas, moveleira, de vestuário e outras, enquadradas como “não-poluentes”. Essas características “amenas” da metrópole, no entanto, não asseguram a preservação plena do acervo arquitetônico. Como reconhecido pela UNESCO para esta segunda década do século XXI, um eficiente Plano Diretor e ações decorrentes do mesmo, bem como a pressão urbanizadora decorrente tanto do inchaço populacional quanto das estratégias do mercado imobiliário vem atingindo, frontalmente, a área central do DF, o Plano Piloto.

Regularização do uso da terra, políticas públicas ou estratégias eficientes de moradias para a nova classe média emergente em Brasília, em territórios menos adensados, e, é claro, para a classe baixa, planejamento/gestão do transporte público e uma eficiente engenharia de tráfego, a descentralização do comércio e dos serviços, a criação de oportunidades de trabalho nas diferentes Regiões Administrativas são quesitos de primeira ordem para se amenizar impactos ao patrimônio urbano de Brasília.

Áreas protegidas do Cerrado: Patrimônio Natural Mundial no Centro-Oeste Brasileiro

Segundo MacKinnon (1986) o conceito de áreas protegidas, que envolve gerenciamento e o uso correto dos recursos da Terra, envolve a combinação de dois princípios: (i) o da necessidade de planejar o gerenciamento por meio de uma apurada base de dados e (ii) a necessidade de tomar medidas que garantam que os recursos não sejam devastados ou usados negligentemente. Tais pontos aproximam-se do debate e tentativa pragmática do desenvolvimento sustentável, pois se referem à capacidade de produção dos ecossistemas, às oportunidades para pesquisas e monitoramento de fauna e flora, a questões de desenvolvimento humano e lançam luz para a educação ambiental.

Devido a grande quantidade de florestas no globo, é improvável que todos os remanescentes existentes sejam contemplados por área de proteção, segundo Sánchez-Azofeifa (1999). É possível que, com o desaparecimento de áreas não protegidas, as quais sofrem a pressão do mercado global da natureza, gradativamente, a pressão se concentrará sobre os pontos que já estão, de algum modo, instituídos como unidades de conservação. São questões hipotéticas que respondem à lógica global de ressignificação da natureza e da própria cultura.

A estratégia de definição de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade

Com o intuito de cumprir com os objetivos e demandas da CDB, o Brasil teve que elaborar sua Política Nacional de Diversidade Biológica e implementar o seu Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO), de maneira que seu componente executivo é o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO).

O cerrado apresenta, aproximadamente, 5.480 hectares de áreas protegidas por Unidades de Conservação Federal (UCF). Dessas áreas, 71% são classificadas como sendo de Proteção Integral, e 29% classificadas como de Uso Sustentável (tabela 1 e figura 1).

Tabela 1 – UCFs no bioma Cerrado

Classificação	Ha.
Proteção Integral	3.893
Uso Sustentável	1.589
TOTAL UCFs	5.482

Fonte: MMA. Elaboração dos autores (2012).

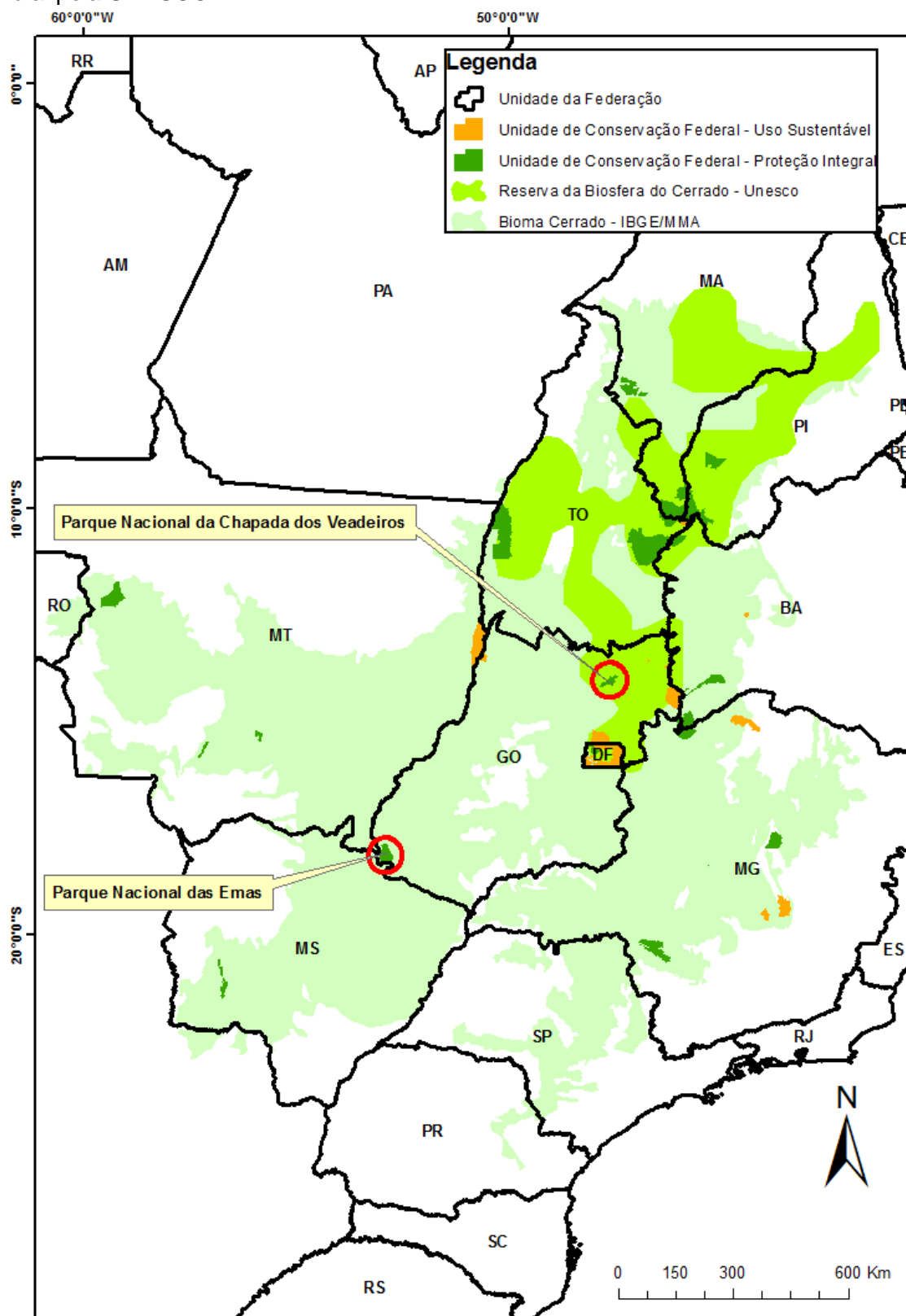
É importante ressaltar a representatividade espacial das formas de Uso Sustentável (sabendo das nuances que envolvem o conceito e o paradigma) que, apesar de serem menores que as de Proteção Integral, não podem ser interpretadas como menos importantes, ou passível de proteção em exígua qualidade; deve ser avaliado se os objetivos das ações são alcançados, em cada caso particular.

Mesmo sendo o segundo maior bioma em extensão, com mais de 204 milhões de hectares de área, as formas de UCFs cobrem apenas 3% de tal área, aproximadamente 6.148 mil hectares, das quais 33% são classificadas como áreas insuficientemente conhecidas. (parágrafo não dialoga com a tabela).

As estratégias de conservação e de indicações de áreas como patrimônio mundial, no contexto do cerrado brasileiro, devem ser observadas por duas vertentes. A primeira diz respeito aos núcleos de reservas da Biosfera, os programas MAB-Unesco¹⁰. O segundo refere-se à indicação de Unidades de Conservação do bioma enquanto patrimônio mundial que, para o cerrado, foram cancelados o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas (Figura 1).

Enquanto Patrimônio Natural da Humanidade, o *Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros* (como Unidade de Conservação) encontra-se encravado na Reserva da Biosfera do Cerrado, cuja qual também está sob os auspícios da UNESCO. O *Parque Nacional das Emas*, também cancelado como patrimônio mundial, soma com o anterior, características do bioma em questão, o qual apresenta elevada complexidade, ampla dimensão territorial e, principalmente, trata-se do bioma central que conecta com os biomas brasileiros: Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Amazônico.

Figura 2: Distribuição espacial do bioma Cerrado, Reserva MAB Biosfera do Cerrado, Unidades de Conservação Federais e unidades de conservação indicadas como Patrimônio Mundial pela UNESCO.



Fonte: IBGE, MMA, UNESCO. Elaboração dos autores (2012).

Os critérios para consagração da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas como Patrimônio Natural Mundial foram: o critério *(ix) por ser exemplo eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento dos ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos* e o critério *(x) por representar habitat natural o mais representativo e o mais importante para a conservação in situ da diversidade biológica, compreendendo aqueles onde sobrevivem as espécies ameaçadas que possuem um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.*¹¹

Cabe dizer que a consagração de um Patrimônio Natural Mundial, no Brasil, requer articulação interinstitucional, de modo mais direto, com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que os elementos da geopolítica internacional para a conservação destes bens devem dialogar com as políticas internas de conservação da Biodiversidade.

Não há dúvidas de que, em termos quantitativos, o Brasil deu exemplar contribuição global para a indicação e criação de diferentes categorias de Unidades de Conservação, nas últimas décadas. Porém, apesar do reconhecido esforço, ainda somos acometidos por situações que demandam práticas mais eficazes, desde a discussão na base das comunidades até o processo de consolidação das Unidades de Conservação, uma vez que casos de pendências, como o da regularização fundiária ou os conflitos pela terra ainda afligem inúmeras unidades de conservação.

Tais preocupações ganham projeção nesta segunda década do século XXI, através do monitoramento da UNESCO (2012) que manifesta, enfaticamente, em síntese: a falta de garantia da integridade socioambiental da Chapada dos Veadeiros; a carência de um eficiente Estatuto de Proteção Ambiental dos bens, decorrente do Ministério do Meio Ambiente; a falta de avaliação do estatuto jurídico de propriedade nas áreas protegidas; a negligência à submissão de relatórios periódicos sobre as condições de integridade do patrimônio natural mundial

brasileiro (cerrado) ao Comitê do Patrimônio Mundial, o que favoreceria, inclusive, um monitoramento permanente e ostensivo das áreas.

Dentre os problemas socioambientais elencados pela UNESCO para a Chapada dos Veadeiros e Emas, ainda podemos fazer referência pela urgência das ações: à exploração ilegal e seletiva de madeira, à caça, aos incêndios florestais.

As considerações dessa avaliação da UNESCO indicam a demanda emergencial por ações que envolvam a gestão das áreas, ou seja, a questão da governança ambiental carece de um incremento significativo em seus procedimentos, pois a condição de manutenção da chancela requer protocolos e ações rigorosas no tocante à preservação e conservação do bem versado como patrimônio mundial.

O que se destaca no tocante às questões ambientais, no documento referenciado da UNESCO, é a sinalização *comedida* sobre a real capacidade do Estado-parte (no caso, o Brasil), em efetivar todas as suas intenções assinaladas desde a inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial. Conforme o relatório, algumas situações precárias de gestão e conservação se repetem desde 2003, quando já existiam os problemas de origem territorial/fundiária. Apesar de uma perspectiva “otimista” por parte do Brasil, a UNESCO aponta dúvidas quanto a real viabilidade de execução das proposições do Estado-parte.

Nesse contexto, é interessante observar que em ambos os eixos vinculados à questão do patrimônio, no âmbito urbano e no natural, os elementos centrais que despertam para situações de alerta passam, necessariamente, por conflitos fundiários, econômicos e da participação social nos processos decisórios sobre os rumos escolhidos ou impostos para estes territórios. Questões estas que devem ser tratadas como políticas de Estado, observadas as suas respectivas peculiaridades, e não como plataformas para ações imediatistas ou de curta duração do governo.

Considerações Finais

Para além da crítica ao processo de mercantilização da cultura ou da natureza, estamos cada vez mais convencidos do papel da Geografia na interpretação das ações contraditórias (ou não) que produzem o espaço e dão novo sentido à vida nos lugares. Para tanto, metodologicamente, faz-se necessário o recurso a fontes primárias de normatização ou de diretrizes ao patrimônio cultural e natural, às representações espaciais dos lugares analisados e, sobretudo, a análise empírica; é notório, acompanhados de sustentação e escrutínio teórico capaz de indicar a essencialidade do processo político e mercantil em voga na ressignificação material e imaginária sobre a cultura e a natureza.

A análise aqui empreendida indica dois patrimônios do Brasil Central, um cultural e um natural, chancelados pela UNESCO pelo seu valor universal-excepcional. O debate caminhou para a revelação dos mais notórios e pontuais problemas que assolam ambos os bens. Ficou claro que, tanto para Brasília, cidade moderna referência mundial de planejamento (apesar dos inúmeros problemas advindos desse mesmo planejamento), quanto para Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, questões como a regularização do uso da terra, a delimitação da área protegida (zona tampão), políticas públicas eficientes que casem com o planejamento/gestão do território, a gestão partilhada dos bens consagrados e ações decorrentes de planos de Estado e não de governo aparecem como principais elementos necessários à minimização dos impactos ao patrimônio, quando se expande e se intensifica a lógica da reprodução ampliada do capital. Lógica esta que se favorece, inclusive, desses bens enquanto reservas de valor local-global. Em suma, são anotações de primeira ordem para se assegurar o vir-a-ser do patrimônio enquanto herança para determinados grupos ou para a coletividade, qualquer que seja sua especificidade: patrimônio cultural (material ou imaterial) e patrimônio natural.

Em mais este estudo, fica clara a necessidade de uma visão holística sobre o patrimônio, ou seja, o entendimento de que se constitui em representação da história

de territórios entrelaçados ou da natureza e sua ressignificação dada pelo homem e sua cultura. Uma necessária visão de conjunto ainda está para ser concretizada tanto na teoria quanto na prática que engendra os acervos da humanidade. Apesar de o discurso indicar a busca da totalidade que envolve a cultura e a natureza, esse mesmo discurso não o alcança, ao se encerrar no objeto atrativo em si, na maioria das vezes. Uma visão sistêmica, dialética e na perspectiva da existência, simultaneamente, no diagnóstico e prognóstico dos territórios do patrimônio, ainda está para ser elaborada. O que trazemos é um esforço individual para o intento e a esperança de aguçarmos o interesse pelo aprofundamento da temática na Geografia.

Por fim, a cultura como parte da natureza transformada nos lugares só pode ser entendida nesse sentido, que é o da imbricação entre o *estar*, o *fazer*, o *ser* e o *viver* no território; esse viver no território conduz ao *apreender* em essência por meio das paisagens (entendidas aqui como repositório, registro, síntese do movimento socioespacial, heranças da humanidade).

A cidade de Brasília, a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas constituem-se, neste estudo, como objetos representativos das necessidades, e mais, dos desejos e das angústias do homem moderno diante da cultura e da natureza em frenética mutação de significados. Os problemas desvendados ou indicados neste trabalho para tais territórios merecem fiscalização ou acompanhamento rigoroso por parte das governanças, da sociedade civil organizada ou dos sujeitos/comunidades interessadas, uma vez que os desígnios das práticas incidentes sobre o patrimônio conduzem, em específicas medidas e escalas, as condições de vida nas cidades e no campo.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARBOSA FERREIRA, I. C. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: PAVIANI, A. et al. (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010, p. 23-54.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 103-136.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. São Paulo: DG/USP – Tese de Doutorado em Geografia– FFLCH, 2011, 447p.

COSTA, L. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. S. n. t, 1956. Disponível em: <http://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/plano-piloto-de-brasilia-lucio-costa/>. Acesso: 29/agosto/2012.

GONZÁLES, S. F. N. A gestão urbanística do espaço habitado: o objeto e o método no caso do Distrito Federal. In: PAVIANI, A. et al. (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010, p. 457-480.

GOUVÊA, L. A. C. O coração da metrópole. In: PAVIANI, A. et al. (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010, p. 457-480.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1997.

MACKINNON, John. **Managing protected areas in the tropics**: International Union for Conservation of Nature & Natural Resources. Gland, 1986.

PAVIANI, A. A metrópole terciária: a evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A. et al. (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010, p. 227-252.

SANCHEZ-AZOFEIFA, G. A., QUESADA-MATEO, C., GONZALEZ-QUESADA, P.; DAYANANDAN, S.; BAWA, K.S. Protected Areas and Conservation of Biodiversity in the Tropics. **Conservation Biology**. 13(2): p. 407-411, 1999.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

VIDELA, G; GASPAROTTO, M; NARDI, M. A. ¿Arquitectos del mundo? Acerca de la centralidad del Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo en la planificación territorial desde 1990. **La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010, p. 01-29.

FONTES PRIMÁRIAS

UNESCO. **Etat de conservation de biens inscrits sur la Liste du patrimoine mondial**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2012. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Decisions adoptees par le comite du patrimoine mondial lors de sa 35e Session en 2011**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2011. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Rapport des decisions. Decisions adoptees par le comite du patrimoine mondial lors de sa 33e Session en 2009**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2008. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Adoption de la Déclaration sur la conservation des paysages urbains historiques. Le patrimoine mondial et l'architecture contemporaine – Gestion du paysage urbain historique**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2005. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Decisions adoptees par le comite du patrimoine mondial lors de sa 28e Session en 2004**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2004. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Decisions adoptees par le comite du patrimoine mondial lors de sa 27e Session en 2003**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2003. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Rapport. Vingt-quatrième Session. Cairns, Australie**. Paris, Siège de l'UNESCO, 2000. In: whc.unesco.org

UNESCO. **Recomendation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur role dans la vie contemporaine. Actes de la Conférence générale Dix-neuvième session**. Siège de l'UNESCO, Paris, 1976. In: whc.unesco.org

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

² Banco Interamericano de Desenvolvimento.

³ Banco Mundial.

⁴ Choay (2006, p. 223) considera a Recomendação de Nairóbi a exposição de motivos e a argumentação mais complexa em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas. Esse documento, para a autora, constitui também o texto mais lúcido sobre os perigos inerentes a essa política.

⁵ O Memorando de Viena, estabelecido na 15ª Assembléia Geral dos Estados-partes na Convenção do Patrimônio Mundial, retoma cartas e recomendações internacionais anteriores, inclusive a Recomendação de Nairóbi, dada a ampla evolução da noção de patrimônio cultural e as novas dinâmicas que o envolve, que essas cartas não acompanharam ao longo das últimas décadas (UNESCO, 2005, p. 03, tradução nossa).

⁶ Este ponto esbarra no contexto de nossa tese de doutoramento, que é o esforço de compreensão das cidades enquanto totalidade urbana, inserida na “totalidade-mundo”, ou do entendimento do patrimônio cultural ou natural dentro de uma perspectiva sistêmica e ao mesmo tempo contraditória da produção espacial (COSTA, 2011).

⁷ A *patrimonialização global* foi definida em nosso doutoramento como o *brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado, sobre a base das técnicas, da ciência e da informação*; em síntese, *é um processo de resignificação dos lugares em escala planetária* (COSTA, 2011).

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

⁹ Governo do Distrito Federal

¹⁰ Programa “The Man and the Biosphere” (MAB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹¹ Para o entendimento dos critérios para inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, ver Costa e Scarlato (2012).

RESUMO

O debate sobre os patrimônios cultural e natural ganha escopo em diferentes campos do saber, sob específicos prismas teorico-metodológicos. Neste artigo, os autores do presente trabalho partem do pressuposto de que a resignificação da cultura e da natureza transforma os territórios e reproduz as paisagens, o que pode rebater, direta e distintamente, nas condições de vida no campo e na cidade. Para verificar essa lógica no Brasil, o objetivo principal do trabalho é traçar o panorama recente da gestão e da conservação de dois bens chancelados como patrimônios da humanidade, no Centro-Oeste do país: Áreas Protegidas do Cerrado e Brasília.

Palavras-chave: Brasília. Áreas Protegidas do Cerrado. Patrimônio da Humanidade.

ABSTRACT

The debate about the cultural and natural heritage wins scope in different fields of knowledge, under specific prisms theoretical and methodological. In this article, the authors of the present study start from the assumption that the redefinition of culture and nature transforms the territories and reproduces the landscapes, which can bounce directly and distinctly, into the living conditions in the countryside and in the city. To verify this logic in Brazil, the main objective is to trace the recent overview of the management and conservation of two areas indicates as World Heritage sites in the Midwest of the Brazil: the Savanna Protected Areas and Brasilia.

Keywords: Brasilia. Savanna Protected Areas. World Heritage.

Sobre os autores:

¹ Everaldo Batista da Costa – <http://lattes.cnpq.br/6223294904658578>

Geógrafo e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo / FFLCH-USP. Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília / GEA-UNB. Pesquisador do Laboratório de Geoiconografia e de Multimídias – LAGIM/UNB. Tem experiência em Geografia, nas áreas de geografia urbana, geografia e patrimônio e geografia e turismo. É vice-líder do Grupo de Pesquisas Patrimônio, Memória e Território (UNESP-Rio Claro).

Contato: everaldocosta@unb.br

² Valdir Adilson Steinke – <http://lattes.cnpq.br/5334844470201838>

Geógrafo, Mestre em Geologia, Doutor em Ecologia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em análise ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: geomorfologia, geoprocessamento, bacia hidrográfica, análise ambiental, biogeografia e planejamento. Atualmente, é Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e Coordenador do Laboratório de Geoiconografia e de Multimídias – LAGIM/UNB.

Contato: valdirs@unb.br